BANCO CENTRAL DO BRASIL

São Paulo, 24 de novembro de 2011.

Jantar Anual dos Dirigentes de Bancos

Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

Pronunciamento do Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro Alexandre Tombini

Senhoras e senhores aqui presentes

É com grande satisfação que nos reunimos hoje nesse tradicional jantar anual promovido pela CNF e pela Febraban. Trata-se de um momento de confraternização. Mas também, uma oportunidade para fazermos um balanço deste ano de 2011, repleto de desafios, os quais soubemos superar com muito trabalho, dedicação e responsabilidade.

Vou concentrar a minha fala de hoje procurando fazer uma breve retrospectiva deste importante momento da economia brasileira.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Inicialmente, não poderia deixar de parabenizar os organizadores deste evento, e

fazer coro a esta homenagem, mais do que merecida, ao amigo Fábio Barbosa.

Foram vários anos dedicados ao desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacio-

nal. Nos três últimos anos, à frente da Febraban e da CNF, soube conduzir com

maestria discussões importantes, que com certeza contribuíram para o fortaleci-

mento do segmento.

Fábio, desejo a você muito sucesso nessa nova etapa!

Senhoras e senhoras

Estamos a pouco mais de um mês do final do ano.

Terminamos 2010 e iniciamos o presente ano com um cenário macroeconômico

complexo.

A inflação corrente mensal estava em patamar alto e em elevação. Em grande

medida, consequência da trajetória de forte elevação dos preços das commoditi-

es que teve início no segundo semestre de 2010 e que se estendeu até os primei-

ros meses do ano corrente. Contribuíram também pressões nos preços dos com-

bustíveis, a concentração atípica de reajustes em preços administrados e cho-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ques decorrentes de efeitos climáticos adversos sobre os preços dos alimentos.

Some-se a isso, um descompasso entre as condições de demanda e oferta na

economia.

O crédito à pessoa física se expandia a um ritmo forte. E o que era mais impor-

tante, observávamos uma dilatação demasiada dos prazos de algumas modali-

dades de crédito ao consumo, inclusive com estruturas de garantia pouco ade-

quadas. Isto implicava aumento excessivo do risco.

A economia brasileira também observava no início do ano um intenso e vultoso

fluxo de ingresso de capitais estrangeiros. Parcela relevante deste fluxo era com-

posta por capital volátil, o que representava fonte de riscos à estabilidade finan-

ceira e produzia distorções nos preços de ativos, inclusive da taxa de câmbio. Es-

tes capitais, no volume e intensidade com que ingressavam, também contribuíam

para ampliar e intensificar a expansão do crédito doméstico, o que alimentava a-

inda mais as pressões inflacionárias.

Em síntese, observávamos no início do ano uma combinação de riscos à estabili-

dade dos preços e da própria economia.



A resposta a esses riscos foi abrangente.

O Governo pôs em prática uma ampla e consistente coordenação das ações de política econômica.

Para conter as pressões inflacionárias e manter a estabilidade dos preços, o Banco Central promoveu um processo de ajuste das condições monetárias, aumentando a meta da taxa de juros em 1,75 ponto percentual entre janeiro e julho.

Foram adotadas medidas para moderar a tomada excessiva de riscos nas operações de crédito ao consumo, o ingresso de formas muito voláteis de capitais internacionais e as exposições em derivativos cambiais.

Adicionalmente, o Governo Federal promoveu uma consolidação fiscal, comprometendo-se, no início do ano, em reduzir os gastos públicos e gerar um superávit primário da ordem de R\$ 117 bilhões, o qual posteriormente foi ampliado em R\$ 10 bilhões.

Estas medidas fiscais contribuíram para a moderação da demanda e, consequentemente, para a contenção das pressões inflacionárias.



O resultado dessa resposta de política econômica é visível.

A inflação acumulada em doze meses, como previsto pelo Banco Central, alcançou o nível máximo no terceiro trimestre. E desde outubro começou a recuar e, assim, a se deslocar na direção da trajetória de metas.

As medidas macroprudenciais contribuíram para manter o bom funcionamento dos nossos mercados no período recente de alta volatilidade no sistema financeiro internacional. O fluxo de capital volátil moderou; os prazos ampliaram-se e a natureza do capital que ingressa agora é de melhor qualidade.

Em suma, o conjunto dessa política abrangente contribuiu e contribuirá para mitigar os efeitos do cenário econômico e financeiro internacional que deve continuar apresentando um grau de incerteza acima do usual.

De fato, como prognosticado pelo Banco Central, houve uma substancial e generalizada deterioração do cenário internacional. Tendência essa que prossegue, ainda que sem a ocorrência de um evento extremo, de ruptura. Mas essa deterioração tem importantes e significativos impactos na dinâmica da atividade econô-



mica e da inflação, por diferentes canais de transmissão, justificando a implementação de ajustes moderados na taxa básica de juros.

No ano de 2011 também promovemos importantes aperfeiçoamentos na regulamentação prudencial, das práticas bancárias e da supervisão do sistema financeiro.

Logo no início do ano, divulgamos o cronograma de implementação de Basiléia 3, que se estende até 2019. Com isso fornecemos às instituições financeiras elementos para planejarem adequadamente suas necessidades de capital e de liquidez, de forma a permitir uma adaptação eficiente aos novos padrões prudenciais.

Atento à recente expansão da emissão e utilização de cartões, o Banco Central regulamentou a cobrança de tarifas desse instrumento e estabeleceu o pagamento mínimo da fatura mensal do cartão de crédito. Tais medidas foram adotadas visando assegurar que este importante meio de pagamento continue crescendo de forma sustentável e transparente.

No âmbito da supervisão, especialmente com a edição da Resolução 4019, consolidamos e ampliamos o leque de medidas prudenciais preventivas que o Banco



Central pode utilizar quando detecta alguma situação que indique risco acima da capacidade de controle e gerenciamento da instituição ou comprometimento de sua viabilidade, presente ou futura.

Criamos também o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), ampliando a coordenação do processo interno de avaliação da estabilidade financeira e de definição de diretrizes e estratégias para mitigar riscos ao sistema financeiro nacional.

Vale citar, igualmente, a obrigatoriedade do registro de operações de crédito negociadas entre as instituições financeiras em um sistema especificamente criado para essa finalidade, provendo maior segurança nas negociações. A materialização desse desenvolvimento ocorreu por meio da criação da Central de Cessão de Crédito, C3, já em operação. Esse movimento é crítico para o bom funcionamento de um importante instrumento de distribuição de liquidez entre os agentes financeiros.

Não menos importante é o aprimoramento do Sistema de Informações de Créditos (SCR), que proporcionará, a partir de 2012, uma maior abrangência das informações, possibilitando um melhor acompanhamento do risco no SFN. As instituições financeiras passarão, por sua vez, a contar com maior detalhamento das



informações para subsidiar o processo de concessão de crédito e o cidadão poderá se beneficiar da melhor precificação da operação.

A Supervisão vem permanentemente aperfeiçoando suas metodologias de análises para avaliação dos planos de negócios, das estratégias adotadas e da própria viabilidade das instituições, em cenários de curto, médio e longo prazos. O equilíbrio entre a metodologia de supervisão focada em riscos e em modelos e as práticas de supervisão mais tradicionais é um ponto importante, implicando em atitudes intrusivas, proativas, abrangentes e conclusivas.

Promovemos também ações e medidas no sentido de reduzir a burocracia e aumentar a eficiência do sistema.

Nesse escopo, destaco o novo sistema de câmbio, que entrou em funcionamento no inicio de outubro. Com esse novo sistema, as instituições financeiras passam a ter que responder apenas um único e mais simples formulário padrão, enquanto no sistema anterior eram 9 tipos de formulários. Houve uma redução de 30% de campos a serem preenchidos e de 70% no custo de ressarcimento financeiro ao Banco Central.



Foi também introduzido o processamento digital de cheque, trabalho que contou com a colaboração e o investimento em tecnologia das próprias instituições financeiras. Essa medida implica em redução do tempo de compensação de cheque, redução de custos para o sistema, com economia de mais de R\$ 100 milhões por ano com logística, e benefícios diretos ao meio ambiente, pela significativa redução na emissão de CO2.

A propósito, a busca da eficiência tem sido a tônica das ações do BCB, sejam nas ações de impacto interno, cujos benefícios são difusos para a sociedade, sejam nas ações com impacto direto no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, destaco também o "sistema normativos", que consolidou as normas do Conselho Monetário Nacional e do próprio Banco Central. Trata-se de uma medida simples, mas com grande impacto, tanto para o Banco Central, quanto para os usuários desses normativos.

Estas e outras medidas aqui não relacionadas também estão plenamente inseridas na missão institucional do Banco Central de assegurar a solidez do sistema financeiro. E mais, promover um sistema financeiro eficiente, competitivo e inclusivo.



Senhoras e senhoras

Embora cientes de que temos pela frente um cenário econômico global de desafios e incertezas, estamos seguros de que mais uma vez a economia brasileira e
o Sistema Financeiro estão bem preparados. Não obstante, devemos ter sempre
em mente que estabilidade é um bem social que se constrói e se conquista a cada dia, porque se funda na fidúcia, na credibilidade. Mais que isso, devemos ter
em mente que, se a manutenção da estabilidade financeira é uma das razões da
existência do Banco Central, ela é responsabilidade e deve ser compromisso de
todos aqui presentes, de todos que escolheram atuar no sistema financeiro e que
vêm recebendo dia após dia, da Autoridade Reguladora e Supervisora – e sobretudo da sociedade –, um voto de confiança.

Por fim, gostaria de ressaltar que, em todas as oportunidades, tenho repetido que o Brasil vive hoje um momento ímpar. Reunimos condições para crescermos de forma sustentável pelas próximas décadas. E o Governo está plenamente empenhado com políticas públicas para que este cenário se concretize e se traduza em benefícios efetivos para toda a sociedade.



O ano de 2011 tem sido de grandes desafios. Mas como mencionei no início, estamos superando-os com muito trabalho, dedicação e responsabilidade. Mais do que isso, demonstramos – governo e iniciativa privada - a nossa capacidade de assegurar a estabilidade econômica e financeira. E mesmo diante de um cenário internacional conturbado, a nossa solidez tem sido sistematicamente reafirmada; a classificação de risco do Brasil foi melhorada pelas três principais agências ao longo deste ano.

Hoje é um dia de confraternização. De comemoração de mais um ano de realizações.

Por isso, gostaria de encerrar minha fala desejando a todos boas festas de final de ano e um próspero 2012.

Muito obrigado

Alexandre Tombini